

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

A violência sexual intrafamiliar em crianças e
adolescentes: um estudo evidenciando a
superação das conseqüências.

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 18/02/2004

Florianópolis

2004

CRISTIANE CARDOSO COELHO COSTA

A violência sexual intrafamiliar em crianças e
adolescentes: um estudo evidenciando a
superação das conseqüências

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial à obtenção
do título de Assistente Social.

PROFESSORA ORIENTADORA: KÁTIA MACEDO REBELLO

Florianópolis

2004

Maria, Maria

(Milton Nascimento - Fernando Brant)

Maria, Maria
É o Dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta
Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive apenas agüenta
Mas é preciso ter força
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

Dedico esta monografia:

A Maria Zuleide

Mulher Batalhadora e vencedora

Mãe Amorosa e Dedicada

Exemplo de vida

Meu muito Obrigado

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Que sempre esteve ao meu lado nas minhas quedas, nas minhas fraquezas, nas minhas alegrias e tristezas, nas minhas decepções, lutas e controvérsias, derrotas e vitórias.

Sei que estás aqui, agora, também ao meu lado.

Aos meus pais,

Que me deram o dom mais precioso, a vida. Além de apoiarem nas horas em que meus ideais pareciam distantes e o estudo um fardo pesado de mais.

Ao meu filho Thiago,

Que reveste minha existência de amor, carinho e afeição.

A minha orientadora Kátia,

Além de me indicar o caminho, e o carinho a mim dispensado, me apoiou nos momentos mais difíceis da minha vida. Muito obrigado.

A supervisora de campo e eterna amiga Sônia,

Pela lição de saber, pela orientação constante, pela dedicação e renúncias pessoais por repartir sua experiência de vida, pela sua amizade, carinho e apoio que a mim proporcionou, mesmo não tendo filhos, te considero uma “mãezona.”

A assistente social Dirte,

Agradeço muito por ter aceitado o convite de participar da minha banca e também todo carinho que atribuiu a mim na época do estágio.

Aos meus tios,

Tio Tono e Tia Célia, por todo apoio e carinho dedicado a mim, na caminhada dos meus estudos e nas horas mais difíceis da minha vida, vocês sempre estarão no meu coração.

Tio João e Tia Zenilda, por tudo que fizeram e que estão fazendo por mim.

Tio Nelson e Tia Estela; Tio Toninho e Tia Lê, por todo apoio proporcionado em tempos de tribulação.

Aos colegas,

Que saibamos guardar, pelos caminhos que a vida profissional nos reserva, uma lembrança de todos pelo convívio durante estes longos anos.

Em especial as amigas Tati, Jana, e Cá pela sincera amizade, apoio e carinho, durante esta desafiadora caminhada. Como diz a música do Milton Nascimento, *Amigas para sempre!!!*

Às amigas Aline, Guacira, Tânia por todos os conselhos e compreensão que proporcionaram.

A minha futura prima Sabrina,

Mesmo não me conhecendo direito, se colocou à disposição para me auxiliar na digitação do meu trabalho.

Aos colegas do Projeto Acorde.

A assistente social Beatriz pela sua verdadeira amizade.

A todos, sem exceção, obrigado pelo carinho.

Enfim, a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho acadêmico.

MUITO OBRIGADO...

SUMÁRIO

INTODUÇÃO.....	11
----------------	----

CAPÍTULO I

1 A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZANDO O TEMA.....	13
---	----

1.1 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA.....	13
--	----

1.2 A FAMÍLIA COMO UM DOS PRINCIPAIS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	18
--	----

1.2.1 A família.....	18
----------------------	----

1.2.2 A violência doméstica no âmbito da família.....	23
---	----

1.2.3 A violência e suas facetas contra crianças e adolescentes.....	25
--	----

1.3. A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: AS CONSEQUÊNCIAS.....	26
--	----

1.3.1 Explicitando as consequências da violência sexual contra A criança e o adolescente.....	30
--	----

1.3.2 Os direitos de Proteção: Constituição, Conselho Tutelar e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Código Penal.....	37
---	----

CAPÍTULO II

2 O PROJETO ACORDE: UM ESPAÇO DE DIREITOS E DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	39
---	----

2.1 A INSTITUIÇÃO.....	39
------------------------	----

2.2.A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO ACORDE.....	45
2.3.A RECONSTRUÇÃO DO COTIDIANO, UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO DE RESILIÊNCIA.....	46
2.3.1 Um Estudo de Caso.....	51
2.3.1.1 Características da criança e da sua infância.....	52
2.3.1.2 Circunstância do abuso	55
2.3.1.3 Família.....	55
2.3.1.4 O Abusador.....	57
2.3.1.5 A Intervenção do Projeto Acorde.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

RESUMO

O presente estudo é um trabalho de conclusão de curso na área do Serviço Social. O tema abordou a violência doméstica intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Teve como objetivo contextualizar a violência intrafamiliar, enfocando a violência infanto-juvenil. Direcionou para a violência sexual, no âmbito familiar e, explicitando suas conseqüências e a forma com que crianças e adolescentes podem superar, através do apoio psicossocial proporcionado pela Rede de Proteção, os traumas decorrentes da violência, tendo então, como parceria o Projeto Acorde.

Este trabalho contempla, no seu bojo, um estudo de caso com uma adolescente, onde constatou-se que a mesma apresentou características correlacionadas à resiliência, quando buscou superar a condição de vítima para reconstruir o seu cotidiano, que para tal, contou com o apoio institucional e profissional da equipe interdisciplinar do Projeto Acorde.

Palavras-chaves: Violência Sexual Intrafamiliar, Rede e Resiliência.

INTRODUÇÃO

Maria foi uma criança vítima de abuso sexual perpetrado pelo padrasto, no entanto, vem superando as consequências dessa violência...

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo discorrer sobre a temática da violência sexual, abordando suas seqüelas e evidenciando o caminho para a superação desta.

Este trabalho originou-se da experiência da autora no Projeto ACORDE, onde acompanhou crianças e adolescentes vítimas de violência física severa e violência sexual, sendo que essa vivência trouxe elementos para reflexão acerca de como as vítimas podem superar os traumas advindos da violência. Para tanto, realizou-se um Estudo de Caso com uma adolescente a fim de contextualizar como essa situação emerge e como as vítimas dessa violência reestruturam seu cotidiano.

Este estudo estruturou-se da seguinte forma:

O primeiro capítulo foca a violência contra crianças e adolescentes por meio da contextualização do tema, com considerações acerca da violência na família, tida como centro deste fenômeno, e aprofundando o estudo no que se refere à violência sexual e suas seqüelas.

O segundo capítulo contempla o Projeto Acorde, como espaço de direitos e de proteção às vítimas em questão e sua intervenção.

Apresenta um estudo de caso com a adolescente escolhida, estudo este que aprofundou e discorreu sobre o processo de recuperação desenvolvido pela adolescente e que vem sendo considerado, por profissionais que lidam com essa demanda, um processo peculiar à condição de resiliência.

No término deste trabalho, apresentam-se as considerações finais e sugestões, sendo este o início de uma reflexão teórico-prática acerca da importância da rede protetora em buscar a promoção da resiliência, após, são arroladas as referências bibliográficas deste estudo.

CAPÍTULO I

1 A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZANDO O TEMA

1.1 NOÇÕES BÁSICAS SOBRE O TEMA VIOLÊNCIA

De acordo com o Dicionário Aurélio, “violência significa qualidade de violento; ato violento; ato de violentar”. Não obstante, em se tratando ao termo violento, no dicionário consta-se, “Que age com ímpeto; impetuoso; Que exerce com força; [...] Em que se faz uso da força bruta; contrário ao direito e justiça”. Nesse conceito a violência é contextualizada ainda na idéia de injustiça, desrespeito a humanidade.

A origem da palavra violência vem do latim “violentia” que denota ato de força, constrangimento físico ou moral ao qual se pode acrescentar a coação ou coerção psicológica.

Guerra (1998, p. 31) define da seguinte forma o termo violência:

(...) uma forma de relação social; inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência (...) seu resultado mais visível é a conversão de sujeitos em objetos, sua coesificação.

A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade e a vida. É uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, a surpresa, a anulação.

Segundo o “Dicionário de Política” (Stoppino 1986, apud Figueiredo 1996, p. 11) o tema violência é definido da seguinte forma: “Por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). [...] Além disso, a intervenção física, na qual a violência consiste, tem por finalidade destruir, ofender e coagir.”

Nessa definição, o autor se refere que é preciso que haja intervenção física, sendo voluntária, para que assim possa ser denominada de violência.

Galtung apud Figueiredo (1996) estabelece seis dimensões fundamentais de violência:

1. violência física e violência psicológica; 2. violência negativa e positiva; 3. violência com ou sem objeto ferido; 4. violência pessoal (com um sujeito que a pratica); 5. violência intencional e não-intencional; e, resta ainda, 6. violência estrutural (indireta).

Entende-se por estas categorias que a violência pessoal manifesta-se explicitamente, na qual há um ator que a exerce. Já a violência estrutural, é aquela que não há um ator explícito. Por sua vez, esta se encontra inscrita na estrutura da sociedade e se manifesta como desigualdade de poder, principalmente no que diz respeito ao poder para decidir sobre a distribuição dos recursos sociais. O mesmo autor referencia ainda:

“Observa que em ambos os casos indivíduos podem ser mortos ou mutilados, atingidos ou feridos e manipulados. (...) Poderá não existir ninguém que faça diretamente mal a outrem. A violência está inscrita na estrutura e manifesta-se por um poder desigual e, em consequência, por oportunidades desiguais na vida.” (Galtung apud Figueiredo, 1996, p. 15).

Nota-se que a violência estrutural pode ser tão ou mais cruel e com um maior poder de destruição que a violência pessoal. Todavia, esta última, causa danos inevitáveis nas vidas dos seres humanos, principalmente, no seio familiar onde a exclusão que delimita o acesso às mínimas necessidades básicas e culturais favorece um clima de insatisfação que culmina na existência de conflitos de toda ordem, os quais atingem principalmente as crianças e adolescentes em seu ambiente intrafamiliar.

A violência que os pais ou qualquer membro da família exercem contra crianças e adolescentes com fins pretensamente disciplinadores, no exercício de sua função socializadora, ou com outros objetivos, assume quatro principais tipos:

Violência Física: “caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a consequências extremas como a morte”. Deslandes (1994, p. 35).

Para Newel, apud Fonseca e Gomes (2000, p.15) “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só continuum de violência”.

A violência física representa uma infância e adolescência conturbada, em função das medidas disciplinares impostas pelos adultos que abusam da força física àqueles que deles dependem e que lhes são submissos.

Violência Psicológica: “atitude constante do adulto (ou pessoa mais velha) em relação à criança de forma a depreciá-la, bloqueá-la em seus esforços de auto-aceitação, enfim, interferir de maneira negativa, causando-lhe sofrimento mental. É importante ressaltar que esta atitude pode se expressar sobre a forma de ação ou omissão”. (Azevedo e Guerra (1989), p. 30).

A violência psicológica pode repercutir negativamente no desenvolvimento emocional de uma criança, pois as ameaças de abandono podem formar um “ser” medroso e ansioso. Sabe-se que o sentimento de ser amada é a base para o desenvolvimento emocional sadio.

Negligência: “uma situação na qual o responsável pela criança, permite que ela experimente sofrimento e/ou ainda não consegue preencher para ela os requisitos geralmente considerados essenciais para o desenvolvimento das capacidades físicas e emocionais de um ser humano”. (Mouzakilis (1985), p. 26).

Para Guerra, apud Fonseca e Gomes, 2000, p. 27: “A negligência se configura quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seu filho, etc, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle.”

Pode-se citar como exemplo, quando as necessidades de saúde das crianças não estão sendo preenchidas; quando pais e/ou responsáveis não encaminham seus filhos à unidade de saúde para vacinação, apesar de disponíveis gratuitamente.

Violência Sexual: “é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utiliza-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. (Azevedo e Guerra (1995), p. 31).

A violência sexual trata-se de um fenômeno que embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem, sendo esta um ato cruel que envolve não só a sexualidade dos adultos, mas também das crianças, colocando sobre essa última o peso da culpabilidade.

Mesmo estando fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que cita em seu artigo 5º “*nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais*”; a violência doméstica deixa traços aterrorizantes à vida de uma criança ou adolescente.

A violência doméstica caracterizada no âmbito familiar vem merecendo maiores discussões nos dias atuais face ao grande número de crianças e adolescentes vitimadas por agressões físicas, psicológicas e sociais na sociedade.

O tema violência doméstica, infelizmente, une duas palavras que jamais poderiam andar juntas por possuírem significados bastante distintos. A palavra Violência “(...) é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida (...)” (Adorno apud Guerra, 1998, p. 31). Por outro lado a palavra Doméstica, “(...) referente a casa , à vida da família(...)”- (Ferreira, 1975, p. 489) que significa um lugar onde a liberdade, a igualdade e a vida precisariam ser garantidas e priorizadas, pois a família representa a célula primária das relações afetivas.

A cartilha elaborada pelo Centro Crescer Sem Violência (ONG que trabalha para a defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes vitimizadas) coloca que: “A violência doméstica contra a criança e o adolescente tem suas raízes na maneira como nossa sociedade percebe a criança e o período da infância, concepção essa que só pode ser compreendida e transformada dentro do seu contexto histórico”. (1999, p. 7).

Para Azevedo e Guerra (1995), violência doméstica contra crianças e adolescentes é definida como:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar danos físicos, sexual e ou psicológico à vítima implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”.

Contudo, a violência contra criança e adolescente, precisa ser combatida de forma ordenada e vigorosa, não só pelos danos físicos e psíquicos que acarretam às vítimas, mas, sobretudo pelo padrão abusivo de relação social que ela alastra e que ferir o mais elementar direito humano, o direito a viver com respeito e dignidade.

Para compreender a violência doméstica é preciso contextualizar a família na sua origem e na contemporaneidade, haja vista que nela se instaura a mais grave condição de violência contra crianças e adolescentes.

1.2 A FAMÍLIA COMO UM DOS PRINCIPAIS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.2.1 A família

Entende-se que a família é uma estrutura social tão antiga quanto a própria história da humanidade. Ao longo dos anos tem assumindo as mais diversas formas de estrutura. Desta forma, discorre-se alguns destes modelos.

Nos séculos XVI e XVII encontra-se a família Aristocrática e Camponesa.

Na família Aristocrática (Patriarcal) não havia preocupação em relação aos membros da família. É importante salientar que os cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos não existia. Cabe pontuar também que, neste modelo familiar, não atribuíam valor algum à privacidade e à domesticidade.

Reis ressalta que (1985, p. 109) “as relações entre os membros da casa eram rigidamente hierarquizadas e estabelecidas pela tradição. O trabalho masculino restringia-se à guerra, e as funções da mulher eram relativas à organização da vida social no castelo. O lazer era cultivado e o trabalho desvalorizado. A criação dos filhos não era atribuição das Mães. Os bebês eram amamentados por amas-de-leite e entregues aos cuidados de criados. O treinamento de hábitos higiênicos era mínimo”.

Reis (1985), ao transcorrer sobre o modelo familiar camponês, indaga que esta família não tinha o espaço privado ou privilegiado e os laços emocionais se estendiam por fora dela. Nesta família, os cuidados pela criação dos filhos eram advindos por pessoas da comunidade e não pelos pais, todos estes fatores eram atribuídos pela necessidade da presença da mulher no trabalho do campo.

Nesse modelo, as crianças familiarizaram-se desde cedo com a sexualidade. Segundo o autor: “Dormiam várias pessoas em um mesmo quarto, sendo que às vezes os filhos dormiam na mesma cama com os pais”. (Reis, 1985, p. 110).

No século XVIII encontra-se a família Proletária e Burguesa.

A família Proletária surgiu com a Revolução Industrial, onde em geral todos os membros desta família trabalham nas fábricas. Nesta época, a vida da família proletária foi caracterizada pela dependência e apoio mútuo. Os filhos eram criados de maneira informal, não haviam hábitos higiênicos e nem existia repressão na sexualidade das crianças.

Sandrini apud Steinbach (2003, p. 36) coloca: “Neste modelo de família, todas as mudanças na industrialização alteravam seu ciclo, com a qualificação da classe operária, a mulher passa a se dedicar à casa e aos filhos, a família proletária começa a se igualar com a família burguesa”.

As principais transformações ocorreram com o nascimento da família burguesa. Como afirma Reis (1985, p.109): “A família burguesa, nascida na Europa em meados do século XVIII, rompeu com os modelos familiares vigentes e criou novos padrões de relações familiares”.

Este tipo de modelo teve como forte característica, o fechamento da família em si mesma, forma de isolamento, que acarretou uma separação entre a vida pública e a privada.

“Para o burguês, o trabalho era o espaço no qual as relações deveriam ser regidas pela frieza e pelo calculismo, qualidades imprescindíveis para se vencer no mundo dos negócios. Sendo o mundo dos negócios o império da razão, o lar passou a ser o espaço exclusivo da vida emocional, no qual a mulher passaria sua vida em reclusão. [...] O marido passou a ser o provedor material da casa e a autoridade dominante, considerada racional e capaz de resolver quaisquer situações”. (Reis, 1985, p.110).

A mulher, no entanto, passou a ser responsável pela vida doméstica e pela educação dos filhos, na verdade este último passou a ser o principal objetivo do casamento burguês.

O papel entre homem e mulher ficou bem definido. A esposa chefiava a família, enquanto o marido fornecia subsídios econômicos por meio de seu trabalho.

Os traços vigentes neste modelo familiar vêm persistindo em muitas famílias do século XX, a família contemporânea.

Já na contemporaneidade, a família segundo Miotto (1997, p. 120), é definida como:

“Um núcleo de pessoas que convivem em um determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas ou não por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.

Neste sentido, entende-se que existem diferentes formas de arranjos familiares, e, portanto formas distintas de abordagens, pois cada família tem a sua própria dinâmica e estrutura.

Por isso, não podemos incidir na idéia da existência única de um modelo familiar. Observa-se então, que a família possui características específicas de cada conjuntura em que se encontra inserida, sendo seu conceito diversificado e reorientado conforme a época.

Esta questão pode ser assim explicitada por Ferrari e Kaloustian (1994, p. 14):

“A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilitam identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares”.

Segundo Kaslow 2001 apud Szymanki 2002, p.10:

“Atualmente tem-se nove modelos de composições familiares, que podem ser considerados família. São eles: família nuclear (duas gerações), família extensa (três ou quatro gerações), famílias adotivas (multirraciais), casais (sem filhos), famílias monoparentais (somente um dos cônjuges), casais homossexuais (com ou sem filhos), famílias reconstituídas (depois do divórcio), como também várias pessoas morando juntas sem terem laços consanguíneos, mas que possuem cuidados mútuos”.

Dessa forma, a família possui suas próprias regras e seu próprio universo familiar, onde deve ser vista como um todo, no qual todos os membros interagem entre si e com o mundo externo. Sendo assim, ela se encontra intimamente ligada às redes de relações e interações que ocorrem nas diferentes esferas na sociedade, no mercado e Estado, sejam elas grupos ou pessoas.

As relações entre homem e mulher, no contato da união conjugal alterado face às influências advindas das mudanças sociais como, questões de gênero, redefinição dos papéis masculinos e femininos e na constituição da mulher como indivíduo, busca resgatar a questão da individualidade e da identidade pessoal.

Segundo Miotto (1997 p. 120):

“As mudanças na relação entre homem e mulher levaram inclusive à transformação do caráter do vínculo, ou seja, quando se instituiu a possibilidade de dissolução do casamento, a relação homem/mulher deixou de ter o caráter de eternidade para ter o de temporalidade”.

Outro fator a ser destacado é o processo de modernização da sociedade brasileira, que tem gerado novas dinâmicas para que as famílias consigam responder as demandas do consumo do trabalho, das estratégias de sobrevivência.

Segundo Ribeiro (1999, p. 7): “A família é uma estrutura social, isto é, uma construção humana que se transforma sob influência recíproca como meio social.”

Dessa maneira o contexto da família se modifica quando existe na sociedade alteração de comportamento ou de valores, ocasionando assim um certo abalo na dinâmica familiar.

Essa reestruturação abala principalmente as famílias de baixa renda, de camadas populares principalmente quando o fator econômico, demanda a essas famílias a luta pela sobrevivência, pelo emprego, para provar a sua subsistência, recorrendo as alternativas como trabalho de baixa remuneração do mercado informal, da temporalidade e sem garantias dos direitos trabalhistas. Para alimentar a citação acima, cita-se Miotto:

“As famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tais políticas assegurar condições mínimas (renda, empregos, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, elas desencadeiam situações (migrações, desemprego, ausência de serviço público) que são fontes geradoras de estresse familiar”. (Miotto, 1997, p. 121).

Essa situação de vulnerabilidade advém do contexto de distribuição injusta de recursos, condicionado tanto pela organização econômica de nossa sociedade, e de modo geral, essa situação ocasiona no âmbito familiar, o que chamamos de conflitos, que por sua vez, atinge diretamente as crianças e os adolescentes.

Ribeiro (1999, p. 22) discorre sobre o conflito familiar:

“Família, no contexto destas profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, veio transformar-se numa arena de disputa de poder, barganha e conflitos. Mas se outrora era mais comum pensar numa família unida e estável até que a morte os separasse, hoje esta prática tornou-se instável e cada vez mais heterogênea, principalmente as relações em seu interior. Ao sofrer o impacto direto do processo de transformação social mais amplo, obriga-se a um rearranjar contínuo. Por outro lado, abre novos espaços, sob novas condições, o que implica um movimento interminável que cria e recria rupturas e continuidades com os valores herdados do passado, entre conflitos e contradições, confrontando-se com os valores, crenças e ideais do presente”.

Acrescenta ainda que:

“Os conflitos e contradições inerentes à sociedade atual podem ser lidos como resultado de processos de mudanças extremamente rápido no campo econômico, nos meios de produção material e tecnológico. No entanto, estas mudanças não se processam no campo da cultura com a mesma velocidade”.

De acordo com a visão de Dutra (1999) apud Mielnick (1993, p. 18):

“O conflito familiar tem por base antagonismos e rivalidade conscientes e inconscientes entre adultos e adolescentes. São gerações diferentes, por vezes, divergentes, que se confrontam aberta ou veladamente, medem suas forças e procuram vencer-se mutuamente. Nesse contexto, antigos problemas e ressentimentos ressurgem; lembranças de injustiças passadas cometidas pelos adultos a ele quando criança retoma à mente do adolescente. O palco está montado, a mãe e o filho chorando, enquanto o pai furioso, abandona o recinto. Na cena seguinte, os pais se dividiram; um deles ataca e outro defende o filho adolescente que sai de cena com ansiedade e desespero, enquanto os pais continuam discutindo. A repetição infinita, constante e monótona desta situação, é desagradável, inútil e desastrosa para todos.”

Nesta perspectiva muitas famílias vivem e sobrevivem num contexto contraditório, onde ocorrem muitas vezes a desvalorização e o esfacelamento de suas potencialidades e possibilidades, face à sua condição econômica, seus conflitos de gerações ou até mesmo os segmentos vulneráveis que compõem essa família.

Pode-se então pontuar, que tal contexto, vem provocando nas famílias estados de insatisfação e angústias, ocasionando conseqüentes conflitos que abalam sua estrutura e desencadeando diversos fatores, dentre esses a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, questão esta que será abordada no item a seguir.

1.2.2 A violência doméstica no âmbito familiar

No tocante à violência intrafamiliar, ressalta-se que esta ocorre dentro do lar ou entre as pessoas que vivem relações familiares e afetivas. No entanto, é ampla a questão social intrínseca neste fenômeno, pois este afeta todas as esferas da sociedade, abrangendo todas as classes sociais, todas as estruturas culturais, econômicas, sociais e políticas. A violência intrafamiliar perpassa do privado para o público quando é na sociedade que observamos as conseqüências deste fenômeno. Como por exemplo, os meninos que trocam sua casa pelas ruas à procura de um lugar melhor para viver e/ou as meninas que vêm na exploração sexual a única saída para suas vidas.

Nas palavras de Zagury (1999, p. 279):

“Um lar em que predomine o equilíbrio, a justiça, a igualdade de tratamento, a harmonia e o respeito entre os cônjuges e entre pais e filhos, além da disponibilidade de tempo para ouvir com atenção, carinho e sem animosidade uns aos outros, é a mais poderosa arma para o desenvolvimento harmônico da personalidade. Por outro lado, uma família em que a tônica é a raiva, a desarmonia, a falta de compreensão, de amor, de respeito e afeto, além da falta de interesse e tempo para ouvir, ver e entender os filhos pode ser um grave fator de desagregação e desequilíbrio.”

Na cartilha Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar (2001, p.16) consta que violência intrafamiliar é definida como “toda ação ou omissão que prejudique o bem estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da

família, que esteja em relação de poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.”

A família que vivencia a violência sexual, por exemplo, responde a diversos tipos de comportamento, conforme coloca Fonseca e Gomes (2000, p: 21):

- * É muito possessivo com a criança/adolescente, negando-lhe contato social normais;

- * Acusa a criança de promiscuidade ou sedução sexual;

- * É freqüente o agressor ter sofrido esse abuso na sua infância;

- * Crê que o contato sexual é forma de amor familiar;

- * Conta histórias alegando outro agressor para proteger membro da família.

Acrescenta ainda que as famílias incestuosas são inquietas, relacionam-se pouco, os pais são autoritários e as mães submissas.

Segundo Azevedo e Guerra (1984, p. 15) “o estudo das relações violentas entre pais e filhos sempre é tratado com certo pudor. Este é mais um dos” temas malditos “na medida que, ao abordá-lo, se está desvelando uma face que a família tem todo o interesse em manter oculta, preservando assim sua imagem de “santuário”. É também a não revelação impede que “manche a família”.”

No próximo item discorrem-se sobre a violência e suas facetas.

1.2.3 A violência e suas facetas contra crianças e adolescentes

No entendimento de muitos autores, a violência através dos abusos e maus-tratos tem início no seio da própria família. Parte considerável dos casos de violência contra crianças e adolescentes dentro de casa, tem como agressores os pais ou parentes próximos. São comuns os casos de espancamentos, negligência e perigo de vida e, no caso de meninas, os estupros são muito freqüentes e são, normalmente, permeados pela violência psicológica.

Com relação à violência psicológica Deslandes (1993, p.13) apresenta as mais variadas formas deste fenômeno: “**Rejeitar** – quando não se reconhece o valor da criança/adolescente, nem a legitimidade de suas necessidades; **Isolar** – quando se afasta a criança de experiências comuns a sua idade e meio social; **Aterrorizar** – quando se pratica agressões verbais, instaurando clima de medo, atemorizando-a e fazendo-a crer que o mundo é hostil; **Ignorar** – quando se induz a prostituição, ao crime, ao uso de drogas, produzir expectativas sobre o rendimento (escolar, intelectual, esportivo, cultural)”.

As práticas de violência vêm, então, cogitar de forma negativa o desenvolvimento físico e emocional de uma criança e/ou adolescente, tornando-os inseguros, inferiorizados, carentes de afeto e respeito por todos que lhes rodeiam e assim sujeitos como alvos fáceis de sofrerem formas de violência por parte de seus familiares ou de terceiros.

Outra forma de violência que pretendemos discorrer com maior aprofundamento é a violência sexual intrafamiliar. Talvez a mais difícil de ser identificada, pois na grande maioria das vezes, permanece velado pelo pacto do silêncio, não somente dos agressores e vítimas, mas também de pessoas e profissionais que atuam com as mesmas. Neste sentido, no percurso deste trabalho, esta face da violência doméstica terá mais destaque.

1.3 A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR: AS CONSEQUÊNCIAS

Estudiosos como Foward e Buck (1989) definem esta modalidade como violência sexual doméstica ou incesto, que se trata de qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou acreditam tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, meio-irmãos, avós por afinidade e até mesmo amantes que moram junto com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais. Se a confiança especial que existe entre a criança e um parente, ou uma figura de pai e mãe for pautada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto.

A violência de pais contra filhos é o tipo de violência que mais assusta as pessoas, porque fere profunda e permanentemente os direitos humanos. Crianças e adolescentes que sofrem o abuso dificilmente conseguem esquecê-lo, mesmo que tentem negá-lo. O medo pelo descrédito de seu relato, o sentimento de culpa e vergonha e até ameaças de morte caso revelem a realidade são as principais causas que levam às vítimas a permanecerem no silêncio.

Azevedo e Guerra (1989) apud Cascaes (2002) reforçam que o descrédito pelo relato infantil é muito comum em situações de violência sexual familiar. A família ainda é considerada um ambiente “sagrado” e os pais, os representantes de “Deus” na terra, tendo poder absoluto sobre seus filhos. Nestes ambientes não se concebe que algo monstruoso como a violência sexual possa ocorrer. Com isso, crianças e adolescentes continuam sendo vitimizados sem poder contar com a ajuda de profissionais especializados.

Furniss (1993) define a violência sexual no âmbito familiar como exploração sexual das crianças, que para o autor “refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos mentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem

totalmente, nas quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares”, acrescenta ainda, “objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso”. (1993, p. 35)

Deslandes (1994, p. 14-15) enriquece esta discussão afirmando que a violência sexual é:

“Todo ato ou jogo sexual, de relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente, tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Podem variar de atos em que não existam contatos sexuais (voyeurismo, exibicionismo) aos diferentes tipos de atos com contato sexual sem penetração (sexo oral, intercurso genital ou anal). Engloba ainda, a situação de exploração sexual, visando lucros com a prostituição e pornografia”.

Quando se fala em “exploração sexual de crianças e adolescentes, implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto juvenil”. (Abuso Sexual Doméstico Atendimento às Vítimas e responsabilização do agressor/Org CRAMI).

Segundo os profissionais do CRAMI (Atendimento às Vítimas e Responsabilização do agressor/ Org CRAMI) - Considera-se como abuso sexual:

“Todo tipo de contato sexual realizado, desde falas eróticas ou sensuais à exposição da criança a material pornográfico até o estupro seguido de morte. Dentro deste vasto espectro incluem-se carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, além do Voyerismo e exibicionismo, entre outros. Compreende-se então que o abuso sexual é pensado como o poder usado por parte do agressor, para a busca de prazer coisificando a criança/ adolescente, invadindo e violentando o seu corpo.”

Percebe-se que há uma distinção entre cada conceito, porém não se distanciam da idéia que violência sexual doméstica é aquela praticada dentro do âmbito doméstico por pessoa que tenha, com a criança ou o adolescente, uma relação de consangüinidade, responsabilidade e atividade.

Cabe pontuar que o abuso sexual é uma das faces de violência intrafamiliar mais cruéis e, ao invés de a criança/adolescente receber um toque amoroso da figura paterna e/ou materna, estes recebem um toque erotizado fazendo com que se sintam confusas e com raiva. O abuso é capaz de atingir muito além do corpo físico da vítima. É capaz de atingir seu universo interior, ocasionando inúmeras consequências físicas e emocionais de curto, médio e em longo prazos em suas vidas.

Resta ainda falar quanto à terminologia violência sexual incestogênica. “Abuso sexual (ou vitimização sexual) geralmente designa relações sexuais entre um adulto e uma criança. Incesto refere-se a relação sexuais entre dois membros da mesma família, cujo casamento seria proibido por lei ou costume [...]”. (Azevedo e Guerra, 1988, p. 36).

A palavra *incesto* deriva do latim “*incestus*” que significa impuro, manchado.

Conhen (1993, p. 8), define o incesto como: “literalmente um assunto de família. Nas famílias incestogênicas observamos que existe uma organização caótica quanto ao nível das fronteiras intergeracionais e das identidades de seus membros, onde muitas vezes a criança/adolescente assume o papel de esposa”.

O incesto não é unicamente um tabu que proíbe e que procura restringir os relacionamentos sexuais, segundo Conhen (1993) apud Guerra, (2000, p.212) é:

“Um abuso sexual interfamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum membro do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido matrimônio”.

Os autores Forward e Buck (1989, p. 17) conceituam o abuso incestuoso como qualquer contato abertamente sexual entre pessoas que tenham um grau de parentesco ou acreditem tê-lo. Esta definição incluiria padrasto, madrasta, meio irmãs, avós por afinidade e até amantes que morem juntos com o pai ou a mãe, caso eles assumam o papel de pais. Se a confiança for violada por qualquer ato de exploração sexual, trata-se de incesto.

Entende-se então, que nas famílias incestogênicas o agressor geralmente é homem, pai padrasto, parente ou pessoa que tem proximidade ou afeição para com a vítima, sendo de sua confiança.

A mãe (ou adulto não abusador) segundo os Profissionais do CRAMI ORG (p.19):

“Na maioria das vezes apresenta-se submissa ao companheiro, mas ao mesmo tempo desempenha um papel de superprotetora deste. Ajuda a manter o complô do silêncio justificando ou encobrindo o que acontece”.

Segundo Forward e Graig, (1990) apud Azevedo e Guerra (1998, p. 37) “em casos de incesto pai-filha, o comportamento da mãe definida como cúmplice silenciosa, pode variar desde o caso daquela que afirma nada saber (mas em geral resisti a idéia do fato) até o extremo mais grave daquela que sabe mas convive com o fato”.

No decorrer desta obra, este fato será explicitado no estudo de caso realizado com uma adolescente vítima de violência sexual perpetrada pelo padrasto. Neste estudo constata-se que a genitora não acreditou na filha e optou então, fica ao lado do agressor.

No que diz respeito às vítimas (Forward e Bukk, (1989) apud Fonseca) expõem:

“Por meio de sua autopunição constante, tentam purgar-se da culpa, mas não conseguem se livrar desses sentimentos. Já que não consegue punir-se o suficiente, podem acabar procurando um parceiro que o faça por ela. Devido a essa tendência, muitas vítimas se tornam “transmissoras de incesto”. Como muitas vezes se casam com homens que tendem a ser irresponsáveis, a controlar mal seus impulsos e a ter pouco respeito pelas outras pessoas – e que são, portanto fortes candidatos a serem tornarem agressores, seus filhos freqüentemente tornam-se por sua vez vítimas de novos incestos. As conseqüências do incesto são sempre sérias, mesmo que a vítima não tenha consciência delas, pois inúmeras vezes o sentimento inerente ao ato incestuoso são negados ou reprimidos”.

Nota-se que as vítimas do incesto crescem levando consigo a culpa pelo que aconteceu, não enxergando que o culpado é somente o agressor, haja vista que a criança não tem discernimento para optar por um ato sexual.

Por fim, o ato incestuoso caracteriza-se tanto por um problema afetivo e sexual individual, quanto por um problema familiar e social grave e complexo que precisa de

cuidados psicológicos e sociais, tanto para as vítimas quanto para as famílias, para que a situação possa ser ordenada.

No próximo item serão evidenciadas as principais conseqüências que podem acarretar os mais diversos transtornos, (tanto físico quanto emocionais) à vida de uma criança e/ou adolescente vítima da violência sexual, incestogênicas ou não.

1.3.1 Explicitando as conseqüências da violência sexual contra criança e o adolescente

A violência sexual contra crianças e adolescentes perpetrada por membros da família, seja por parente consanguíneo ou não, é uma das faces da violência, de difícil diagnóstico, podendo ou não deixar marcas físicas. Trata-se de um ato cruel que, além de aniquilar os direitos, acabam por comprometer seriamente as vítimas a ela expostas.

Segundo Faleiros (1997) apud Meurer (2000):

“As crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual possuem depressão, descontrole, anorexia, dificuldades nos estudos, isolamento social, problemas de concentração, problemas digestivos, fobias, ansiedades, hiperatividade, distúrbios no sono, pesadelos, sensação de estar sujo, entre outros”.

Segundo Azevedo e Guerra (1989, p. 45) “as conseqüências do abuso sexual são divididas em físicas e psicológicas. As agressões físicas decorrentes do abuso sexual podem variar desde a imobilização coercitiva até a morte da vítima, passando por graus variáveis de traumas físicos, bem como espancamentos que resultam em hematomas, contusões e fraturas, acarretando também à vítima, escoriações, asfixias e traumas neurológicos decorrentes de pancadas na cabeça”.

Não podemos perder de vista que a criança/adolescente é envolvida em uma relação muito próxima e erotizada, que termina e culmina em contatos genitais. As primeiras tentativas de sedução do adulto somam-se ameaças para forçar a criança a submeter-se a seus

desejos, podendo ocorrer ferimentos na região genital e anal, na tentativa de a vítima querer se proteger do abuso ou por vontade deliberada do abusador. Conseqüentemente, a criança e/ou adolescente, fica exposta a inúmeras patologias relacionadas à região genital e ao campo reprodutivo, das quais dentre elas pode-se destacar: as doenças sexualmente transmissíveis, hemorragias intra-uterinas, edemas ou sangramentos na genitália externa, região anal, vaginal, peniana, infecções urinárias, perda da capacidade reprodutiva entre outros.

Cabe salientar que as doenças sexualmente transmissíveis, de acordo com Azevedo e Guerra (1989) são moléstias infecciosas transmissíveis prevalentemente pela relação sexual e/ou pelos atos que cercam o coito. Entre as enfermidades temos: gonorréia, sífilis, cancro mole, glanuloma venéreo, linfogranulomatose inguinal, tricomoniase, monilíase, condiloma acuminado, herpes genital, síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA), entre outros como hepatite B, vaginose bacteriana e HIV.

Gravidez indesejada: as gestações costumam ser problemáticas, aparecendo complicações orgânicas, cujos fatores causais são de origem psicossocial. Esses problemas levam a uma maior mobilidade e mortalidade materna e fetal.

Disfunções sexuais: a violência sexual pode deixar seqüelas orgânicas que dificultam ou impedem a concretização do ato sexual.

As conseqüências psicológicas podem causar à vítima a auto-destruição, sendo assim percebidas pela inserção no mundo da prostituição e da ninfomania, que segundo Gabel (1997) são formas de se desprezar o parceiro, mas também inconscientemente, uma maneira de se desprezar e de se destruir. Podemos associar a isso a toxicomania.

1) O segredo

O medo que as vítimas passam a sentir, de serem agredidas fisicamente, de serem expulsas de casa ou de destruírem a estrutura familiar, faz com que se fechem no mundo do segredo. Segundo Furniss (1993) trata-se da “síndrome de segredo”, na qual as vítimas

aprendem a sobreviver diante da violência. O segredo existe, em muitos casos, quando as vítimas são “ameaçadas de serem mandadas embora, de serem mortas pela pessoa que cometeu o abuso ou que esta irá se matar, que o casamento dos pais irá terminar e de que a revelação conduzirá à desintegração familiar” (Furniss, 1993, p. 31), ou pelo fato de que acreditam que seriam completamente desacreditadas, caso contassem a agressão sofrida a alguém.

O sentimento de culpa é outra consequência psicológica que observamos na grande maioria das vítimas. De acordo com Azevedo e Guerra (1989, p. 153):

“O sentimento de culpabilidade experimentado pelas vítimas seria explicável por três fatores. Primeiramente a criança – vítima participa, de um complô de silêncio e sofre pressões para nada revelar, sob pena de sofrer sanções ainda mais graves e porque também geralmente receia o descrédito que costuma permear as relações adultas – criança. Em segundo lugar, a criança pode experimentar culpa por ter vivenciado algum prazer físico, a despeito da situação geralmente aversiva. Em terceiro lugar, a criança pode sentir culpada por ter sido abusada durante muito tempo”.

No entendimento de Furniss (1993), o sentimento de culpa pode explicar a baixa auto-estima da vítima, pois o sentimento de auto-realização e o sentimento de culpabilidade estão interligados. A culpa para a criança é proveniente de seu senso equivocado de responsabilidade, uma vez que ela deixa-se levar pelo fato de ter sido uma participante no abuso, confusão essa, que é muitas vezes revigorada pelas ameaças do agressor, que coloca na criança toda responsabilidade das suas consequências.

Para o referido autor:

“O aspecto linear de ser culpado está diretamente relacionado a responsabilidade legal da pessoa que cometeu o abuso como figura parental, como um resultado da dependência estrutural da criança no abuso. Quando esta responsabilidade é violada, o progenitor pode ser considerado culpado pelos tribunais ou agências estatutárias. O aspecto psicológico de sentir-se culpado está ligado ao aspecto relacional da participação e resulta do fato de que a pessoa que cometeu o abuso e a criança estão igualmente envolvidas no abuso em termos internacionais. A distinção entre os aspectos legais e psicológicos de culpa significa que apenas o progenitor pode ser considerado culpado”. (Furniss, 1993, p. 17).

Por conseguinte, segundo Gabel (1997), as perturbações do sono são constantes e traduzem a angústia de baixar a guarda e ser agredido sem defesa. Observa-se a recusa das crianças menores em ir deitar-se, agarrando-se a um adulto não implicado; do mesmo modo que se observam rituais de averiguação, de prevenção ao colocar em torno da cama objetos que possam fazer barulho, caso alguém se aproxime; certas crianças dormem completamente vestidas. O despertar angustiado durante a noite também é muito freqüente e se manifesta sob forma de pesadelos. Em geral, ao menos temporariamente, ocorre prejuízo das funções intelectuais e criadoras. A criança pára de brincar, desinteressa-se dos estudos, fecha-se em si mesma, toma-se morosa e inquieta.

A persistência de pesadelos e outros comportamentos ritualísticos de proteção denunciam o sofrimento psíquico da criança que, na busca de proteção e defesa, acaba por ocupar-se psiquicamente das lembranças da violência sexual, tendo como consequência comportamentos inadequados que denunciam que algo está ocorrendo.

Em âmbito geral, Azevedo e Guerra (1998), expõem que as seqüelas do abuso sexual podem ocasionar em curto prazo: promiscuidade, fugas do lar, idealização de suicídio, perda da auto-estima, depressão, entre outros.

2) Promiscuidade

Algumas pesquisas relacionam promiscuidade sexual e prostituição com violência sexual na infância e adolescência. Segundo Herman (1981) apud Azevedo (1989), a relação entre prostituição e incesto pai-filha está no fato de que o pai, ao abusar sexualmente de sua filha, força-a a pagar com o seu corpo pelo afeto e pelos cuidados que deveriam ter-lhe sido dispensados gratuitamente. A criança aprende que seu corpo pode ser comercializado. Há que se considerar, ainda, que muitas adolescentes vitimizadas fogem de casa e encontram na prostituição um meio de sobrevivência. A promiscuidade pode estar associada ao “medo da intimidade” e também à tendência de supersexualizar relações com homens.

3) Fugas do lar

É freqüente em depoimentos de meninos e meninas de rua a constatação de que a fuga da casa foi motivada por agressões físicas e ou sexuais.

4) Idealização de suicídio

A invasão do corpo da criança por ação exterior, contra sua vontade, destrói o corpo como fortaleza, levando com isso a condutas mutiladoras e auto-aniquiladoras com tendências suicidas.

5) Perda da auto-estima

Pesquisas revelam que algumas mulheres que passaram por situações de incesto na infância costumam referir-se a si mesmas usando termos como “cadelas, putas e bruxas”.

6) Depressão

Essa é causada pelo sentimento de culpa e pelo sentimento de baixa-estima ocasionada pelo abuso.

Já em longo prazo as referidas autoras colocam que as conseqüências podem ser (entre outras):

1) Negação de todo e qualquer relacionamento sexual

Este fato está ligado a fortes reações fóbicas, as quais bloqueiam o desejo sexual. Essas reações, por sua vez, estão relacionadas a aspectos traumáticos da violência sexual sofrida.

2) Recusa no estabelecimento de relação com homens

Algumas vítimas de violência sexual evitam estabelecer, na vida adulta, relações duradouras com homens, por apresentarem o “medo da intimidade”. A intimidade num relacionamento significa, para essas mulheres, reavivar uma experiência traumática com um agressor com quem tinham uma relação afetiva próxima. O medo da intimidade pode ainda estar ligado a um profundo sentimento de desconfiança pelo ser humano em geral.

3) Tendência a supersexualizar relações com homens

Esta consequência pode estar ligada à incapacidade de distinguir relação sexual e afeto, isto porque acabam confundindo amor parental e manifestações sexuais. Outras mulheres parecem ter uma necessidade compulsiva de relações sexuais para provar que são amadas e para sentirem-se adequadas.

4) Desordens de caráter

Incluí culpa, ansiedade, medos e depressão, com alguns problemas mais agudos, como psicose, automutilação, obesidade, anorexia, crises estéricas. Pesquisas americanas recentes tem mostrado a incidência de tatuagens, cobrindo todo o corpo de adolescente, quando sofrem violência sexual.

Embora ainda não possamos identificar quais serão as consequências que cada vítima irá apresentar em longo prazo, podemos citar sinais, descritos por Farinatti (1993, p. 130), que podem contribuir para a previsão de quais serão as possíveis consequências apresentadas por cada vítima de abuso sexual: (1) a idade do início do abuso (quando mais baixa a idade mais difusos serão os efeitos, e, portanto, mais severos); (2) a duração do abuso (mais sérios os efeitos quanto mais duradouros e freqüentes forem o abuso); (3) grau de violência ou ameaça de violência (quanto maior as forças empregadas ou ameaçadas, piores serão os efeitos do abuso sexual, devido à anulação da criança enquanto sujeito); (4) a diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a criança que sofreu o abuso; (5) quão estreitamente a pessoa que cometeu o abuso e a criança eram relacionadas (são maiores e mais profundos no incesto pai/filha); (6) a ausência de figuras parentais protetoras, de afetividade e da correta distribuição de papéis; e (7) o grau de segredo.

5) Conivência materna

Podemos considerar também a conivência materna como um fato agravante para as consequências que as vítimas poderão, ou não, apresentar no decorrer de suas vidas. Pode-se

pontuar, que uma das situações consideradas mais dolorosas e ao mesmo tempo confusas para a vítima, se trata da convivência materna. Esta convivência se caracteriza quando a genitora percebe ou é notificada acerca da relação incestuosa e não toma qualquer providência para impedir ou deter tal relação. No dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio (1993), encontra a seguinte definição para o conivente: “[...] finge não ver ou encobre o mal praticado por outrem”.

Segundo Furniss (1993, p. 285) as mães que não conseguem reconhecer o abuso, podem ter sofrido abuso elas próprias, ou não se permitem reconhecer por medo de um rompimento familiar ou de outros tipos de desastres, ficando assim ao lado do companheiro. Estas que não reconhecem que o abuso sexual aconteceu não merecem confiança no que tange a proteção à criança. Elas não conseguem ver que a criança corre riscos, e é impossível controlar sua capacidade de proteger. Conseqüentemente, as crianças que correm riscos de novos abusos talvez não consigam viver com mães que não reconhecem o fato do abuso.

Pode-se considerar que algumas mães ao se mostrarem coniventes, permanecendo ao lado dos seus companheiros, provavelmente não se encontram em uma relação próxima às suas filhas. Podemos concluir que o vínculo, que une mães e filhas, é extremamente frágil, rompendo com a necessidade da mãe em se posicionar frente ao acontecido.

Por fim, é evidente que as conseqüências da violência sexual sendo ou não incestogênicas, podem ser amenizadas se a criança e/ou adolescente vítima do abuso possuir uma consistente rede de apoio, onde há a co-participação de pessoas que não atribuem culpa à vítima pelo ocorrido, compreendendo assim a sua dor e propiciando o resgate da sua auto-estima.

No próximo tópico, iremos tratar acerca da garantia de direitos de crianças e adolescentes, tendo como diretrizes a legislação vigente.

1.3.2 Os direitos de proteção: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Código Penal.

No Brasil, houve a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em 1988, que dispõe em seu artigo 227, a proteção da criança e do adolescente contra qualquer forma de maus tratos, e no parágrafo 4 deste artigo, determina penalidades, não apenas para os que praticam o ato, mas também, para os que se omitem.

Artigo 227 – “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Parágrafo 4 – “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Por intermédio deste artigo, a sociedade passou a debater a respeito dos direitos e deveres da população infanto-juvenil, ocasionando discussões que repercutiram na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no ano de 1.990. A lei é composta por 267 artigos que prezam o cumprimento dos direitos sob o paradigma da proteção integral de crianças e de adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente promulga, em diversos artigos, a violência intrafamiliar sofrida por crianças e adolescentes. Dentre estes se faz necessário destacar:

Artigo 4 – “É dever da família, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária”.

Artigo 18 – “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Artigo 130 – “Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”.

Artigo 131 – “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

Destacando este último, o Conselho Tutelar é um órgão público, não jurisdicional, que zela pela defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os conselheiros são escolhidos pela comunidade por meio de entidades representativas através de eleição. Em cada Conselho há cinco conselheiros que trabalham de forma integrada e aplicam as medidas de proteção, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe então ao Conselho no caso de violência doméstica realizar encaminhamentos necessários a cada situações específicas.

Ao abordamos neste trabalho, a violência sexual contra crianças e adolescentes em um ambiente familiar, é extremamente importante salientar o que prevê o Código Penal:

- Quando a criança e o adolescente são seduzidos:

É considerado crime quando um homem seduzir uma mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal aproveitando-se de sua experiência. Pena: de dois a quatro anos (Art. 217);

- Quando a criança e o adolescente são estuprados:

Definido no Código como constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça. Nesse caso, a vítima só pode ser mulher. Pena: reclusão de seis a dez anos (Art. 213);

- Quando a criança e o adolescente sofreram atentados violentos ao pudor

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. Vítima pode ser homem ou mulher. Pena: de seis a dez anos (Art. 214).

Desta forma, nota-se que a lei assegura que crianças e adolescentes devem ter um crescimento sadio em um ambiente que as respeitem como cidadão de direitos.

CAPÍTULO II

2 O PROJETO ACORDE: UM ESPAÇO DE DIREITOS E DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

2.1 A INSTITUIÇÃO

Dentre as inúmeras violências com as quais temos nos deparado, atualmente a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes vem provocando grandes discussões. No Brasil, a luta pelos direitos e proteção das crianças e adolescentes vem crescendo ao longo das décadas, e ganhou forças com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em julho de 1989 – com a Lei nº 8069/90. Com esta Lei começaram a ser planejadas ações efetivas e articuladas nos diferentes níveis da esfera pública, com o objetivo de garantir às crianças e aos adolescentes o direito à liberdade, à dignidade, ao respeito e à cidadania.

O programa Sentinela/Projeto Acorde atua em dois eixos previstos na política de garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, pela Lei nº 8.069 de 1990 do Estatuto da Criança e Adolescente que são: atendimento e prevenção. No atendimento se prevê a intervenção direta, mediante programas e projetos de assistência social especializada e da articulação da rede de serviços governamentais e os não governamentais. Na prevenção se prevê a participação da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), em ações preventivas como campanhas de esclarecimento e capacitação de profissionais.

Em 2000 houve a implantação do Programa de Erradicação à Violência Sexual e Exploração Sexual (PEVES) em diversos municípios do Brasil.

Em junho de 2001, foi realizado em Natal, o 1º Encontro Nacional do Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, oportunidade em que se discutiu a importância e o crescimento da exploração sexual infantil, e principalmente o turismo sexual no Nordeste.

O objetivo foi o de garantir, com absoluta prioridade, o atendimento, o resgate e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, em especial as vítimas de exploração, de abuso, de crueldade e de opressão.

O Programa foi implantado pelo Governo Federal – vigência do Governo Fernando Henrique Cardoso, o qual estabeleceu como prioridade na agenda política e social do país o enfrentamento desta questão. A sua coordenação foi delegada ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, através da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, com execução de cada município.

Ainda no ano de 2001, o PEVES foi reestruturado mantendo seus objetivos e recebendo um novo nome – Programa Sentinela, o qual se destina a desenvolver, no âmbito da Política e da Assistência Social, ações articuladas para o acompanhamento de crianças e de adolescentes vítimas de violência doméstica e suas famílias. Propôs-se também a fazer a prevenção deste fenômeno, a atuar frente à exploração sexual infantil e a criar “disque denúncias” em todo o país.

O Programa Sentinela foi idealizado pelo Governo Federal e operacionalizado pelas Prefeituras com fiscalização e monitoramento do Estado. Em Florianópolis, o Projeto Acorde é gerenciado pela Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social, sendo a manutenção financeira garantida através de convênio e entre as esferas municipal, estadual e federal. A especialidade do trabalho foi traçada em nível municipal, com base nas diretrizes do Plano de Combate à Exploração Sexual da criança e do adolescente lançado pela secretaria do Estado de Assistência Social em janeiro de 2000, “em

consonância com a Política Nacional de Assistência Social”. Cabe ao Serviço Social, juntamente com a Psicologia discutir sobre o caso e trocam informações com outros profissionais da rede que estiverem atendendo à família, bem como colocar o caso à apreciação da equipe (estudo de caso) a fim de estabelecer um processo contínuo de avaliação.

Em Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Família – Governo Esperidião Amin – houve a implantação do Programa nos municípios de Florianópolis, Tubarão, Lages, Joaçaba, entre outros. Atualmente é operacionalizado em mais de 20 municípios do Estado.

Segundo parte do Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, de dezembro de 2000, o Programa Sentinela tem os seguintes objetivos.

Gerais:

1. Atender, no âmbito da Política de Assistência, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes abusadas e/ou exploradas sexualmente;
2. Criar condições que possibilitem às crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente e suas famílias, o resgate e garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, lazer e cultura, guardando compromisso ético, político e a multidisciplinaridade das ações.

Específicos:

1. Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, proporcionando-lhes serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a garantia de seus direitos

fundamentais, o fortalecimento da sua auto-estima, o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida;

2. Proporcionar a inclusão social de crianças, de adolescentes abusados ou explorados sexualmente e de suas famílias, nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais de atendimento e/ou defesa de direitos;

3. Inserir as famílias das crianças e dos adolescentes abusados e/ou explorados sexualmente, em programas de geração de trabalho e renda, bem como de formação e qualificação profissional: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) e outros;

4. Contribuir para a articulação de um sistema de informações sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente, como o SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência e outros;

5. Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento social às crianças e jovem vitimizados sexualmente;

6. Contribuir para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescente, a exemplo dos Planos de Ações Integradas, na compreensão de que a rede articulada potencializa recursos.

7. Proceder a exame diagnóstico da situação, identificando fatores que determinam sua ocorrência, de forma a subsidiar a definição dos mecanismos que permitam sua remissão a curto, média e longo prazo.

Na cidade de Florianópolis, o Programa Sentinela conta com a seguinte estrutura para o atendimento das vítimas:

• *O Projeto SOS Criança*: verifica a procedência ou não, de situações de violência denunciadas através do telefone 08006431407, ou na sede do projeto, pela comunidade em geral e Conselho Tutelar.

• *O Projeto Acorde*: presta acompanhamento psicossocial a famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência física severa, sexual e exploração sexual.

• *O Projeto Abordagem de Rua*: abordagem de rua de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, pedintes, vítimas de exploração sexual, trabalhadores informais e usuários de drogas.

• *O Projeto Casa de Passagem*: abrigo provisório onde vítimas, gestantes e crianças ficam alojadas até o momento que o Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e da Juventude encaminhe as vítimas para um local adequado.

• *O Projeto Mel – Prevenindo e Combatendo a Violência para Resgatar a Doçura da Infância*: trabalha para a prevenção da violência doméstica e oportuniza a visibilidade do fenômeno e a notificação dos casos junto a profissionais da saúde ou educação.

O Projeto Acorde, área de atuação do estágio da autora, faz parte do Programa Sentinela e localiza-se no complexo Ilha Criança situado na Rua Rui Barbosa, 677 - Bairro Agrônômica, em Florianópolis-SC.

Neste Complexo encontram-se projetos e programas que assistem crianças e adolescentes, como:

- Conselho Tutelar da Ilha;
- Projeto de Apoio Sócio Familiar;
- Projeto Casa de Passagem;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

- Brinquedoteca;
- Liberdade Assistida;
- Projeto Flori-Floripa;
- Programa Sentinela.

O objetivo do Projeto Acorde é acompanhar crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e física severa residentes no município de Florianópolis, propiciando atendimento psicossocial e encaminhamentos a outros órgãos da rede protetora (rede de ensino, saúde, educação, lazer, habitação). Suas ações são voltadas a promover a auto-estima das crianças e adolescentes envolvidos. Busca também adotar enfrentamento ético político referente à questão da violência doméstica.

O Projeto Acorde busca capacitação e atualização dos profissionais envolvidos acerca da temática família, violência e assuntos correlacionados. O trabalho é desenvolvido pela equipe técnica interdisciplinar composta por uma coordenadora Assistente Social, três psicólogos, quatro assistentes sociais, duas estagiárias de Psicologia, três de Serviço Social e uma de Enfermagem. Alguns profissionais são especializados em violência doméstica, outros em estágio de aperfeiçoamento. A capacidade de atendimento do Projeto é de 80 famílias simultaneamente, sendo que destes, 60% dos casos atendidos são de violência sexual e os 40% restantes são situações de violência física severa.

Atualmente existe uma demanda maior de violência sexual, e face ao número limitado de profissionais atuando no projeto, busca-se atender prioritariamente situações de violência sexual e posteriormente a violência física severa. No momento existe uma demanda reprimida de aproximadamente 86 casos para serem atendidos pelo projeto.

2.2. A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO ACORDE: O TRABALHO INTERDISCIPLINAR

A dinâmica de trabalho do projeto inclui, quinzenalmente, reuniões para Estudo de Caso, onde são discutidos o acompanhamento e as intervenções. O trabalho dos profissionais da equipe são fundamentais na abordagem interdisciplinar.

Segundo Etges (1993, p.18):

“A interdisciplinaridade não é um método de investigação, tampouco um conjunto de técnicas e procedimentos didáticos das práticas pedagógicas ou de formação de professores. A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre diferentes disciplinas não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade”.

As situações a serem atendidas precedem a realização do Estudo Social para triagens e subsídios para discussão de casos. Através do Estudo Social o Assistente Social obtém elementos alternativos de atendimento.

O Estudo Social, então:

“é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais, sobre a qual fomos chamados a opinar. Na verdade, ele consiste numa utilização articulada de vários outros instrumentos que nos permitem a abordagem dos sujeitos envolvidos na situação. Tais instrumentos são as entrevistas individuais ou conjuntas, a observação, a visita domiciliar e a análise de documentos”.

(Miotto, 2000, p.14-15).

A triagem é necessária haja vista que a demanda é superior a capacidade de atendimento do Projeto e também para priorizar o atendimento e casos mais graves. Para cada caso há a atuação de uma Assistente Social e um Psicólogo de referência, os quais realizam estudo de caso com o intuito de avaliar o andamento da família e os próximos encaminhamentos.

Para o acompanhamento do caso faz-se necessário que a família seja notificada pelo Conselho Tutelar assumindo o compromisso de comparecer aos atendimentos psicossociais

prestados pelo Projeto Acorde. Entretanto, nem sempre as famílias assumem este compromisso.

Após esta primeira etapa, o Assistente Social realiza visita domiciliar com o Psicólogo, quando possível, para iniciar o atendimento. A família é convidada a comparecer ao atendimento psicossocial na sede do projeto. São realizados contatos institucionais (escolas, creches e projetos), visita a outros familiares e à comunidade. Tais estratégias buscam ampliar o conhecimento sobre o contexto familiar, fornecer as redes de apoio à família, visando com isso a melhora da dinâmica familiar. Neste sentido a visita domiciliar é um instrumental técnico operativo que se caracteriza “como sendo a realização de entrevistas (individuais ou conjuntas) e observação na residência dos sujeitos envolvidos na situação. Tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos, que geralmente escapam às entrevistas de gabinete”. (Mioto, 2000, p. 5-6)

O acompanhamento se dá por um tempo mínimo de seis meses e a família só é desligada quando aderem positivamente ao acompanhamento e não mais necessita de intervenção técnica. No caso da família negar o recebimento do atendimento, os técnicos comunicam o Conselho Tutelar e/ou Juizado da Infância e da Juventude, para que estes tomem as medidas necessárias buscando a garantia dos direitos da vítima.

2.3 A RECONSTRUÇÃO DO COTIDIANO, UM BREVE ESTUDO SOBRE A CONDIÇÃO DE RESILIÊNCIA.

Em nossa prática diária deparamo-nos com diversas indagações. A convivência com vítimas de violência sexual que apresentam inúmeras seqüelas, tais como baixo rendimento

escolar, baixa auto-estima, comportamento auto-destrutivo, nos mobilizou a ampliar os conhecimentos acerca das conseqüências da violência sofrida . Mas, imprevisivelmente, há dentre essas vítimas também, aquelas que parecem ser imunes a essas conseqüências. Foram essas vítimas que nos impulsionaram à realização deste trabalho, bem como nos colocaram frente a este tema novo, que vem sendo teorizado e debatido, a Resiliência.

Essa condição em que se enquadram algumas crianças vitimizadas pela violência sexual despertou nossa atenção. Durante nosso período de estágio no projeto tivemos oportunidade de realizar um estudo de caso, que apresentou características específicas desse processo. Sendo assim, buscamos compreender melhor esse tema e estudar sobre o assunto.

São poucos os estudos que se dedicam a desenvolver os motivos que mantêm as vítimas de abuso sexual na infância, estruturadas. Somente no final do século XX, como nos mostra Grunspum (2002), que a psicologia e a psiquiatria passaram a dar ênfase aos aspectos positivos da manutenção da saúde mental.

Atualmente as ciências humanas incorporaram o termo *resiliência* para caracterizar pessoas, comunidades e famílias que, diante de uma certa adversidade da vida, conseguem responder positivamente, ou seja, a capacidade que os seres humanos tem de se reestruturar após sofrerem violência ambiental e /ou familiar.

A resiliência é conceituada por Grunspum (2002), como “a capacidade humana de se recuperar ou ser imune psicologicamente quando se é submetido à violência de outros seres humanos ou das catástrofes da natureza”.

Grunspun (2002) ainda acrescenta, que “resiliência é um termo emprestado da física e significa que uma barra submetida a forças de distensão até o seu limite elástico máximo, volta ao seu original, quando estas forças deixam de atuar”.

Pode-se dizer também que materiais elásticos sob pressão alteram sua forma e quando cessada a força retomam a sua forma original

A construção da resiliência, segundo Biscaia (2002), depende da própria construção da vida que o sujeito realiza.

“Existem diferenças significativas entre uma criança que apresenta um desenvolvimento global acelerado e outra que devido a circunstâncias várias, com os mesmos potenciais, não o faz. Se os potenciais são os mesmos, mas as situações ecológicas-sistêmicas são bem diferentes, serão estas em último lugar que irão favorecer e desenvolver.”

Outros autores, segundo Grunspun (2002) conceituam resiliência como “uma combinação de fatores que permite a uma criança, a um ser humano enfrentar e superar problemas e a adversidade da vida e ser capaz de construir com isso”.

Ainda conceitua como “um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam ter uma vida “sadia” num ambiente “insano””. (Rutter, 1993 apud Grunspun 2002).

Grunspun (2002), ainda acrescenta que, há diversos estudos fundamentados na Psicologia que demonstram que certos atributos da pessoa têm uma associação positiva com a possibilidade de enfrentar os fatores de risco e de aproveitar os fatores protetores, ou seja, de ser resiliente. Alguns atributos são: autonomia, comunicação fácil, empatia, controle de impulsos, certa competência cognitiva e capacidade de atenção e concentração, sem deixar de citar que também foram encontradas condições protetoras no meio ambiente da criança.

Desta forma, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são condicionadas a resiliência, por estarem associados a uma rede de apoio que as asseguram protegidas e fortalecidas para lidar com mudanças e situações sociais de forma adaptada.

Segundo Júnior (2002, p. 36):

“Os fatores de proteção descritos na literatura sobre resiliência podem ser divididos em duas categorias: individual e ambiental. As qualidades pessoais e as influências sociais interagem-se por todo o tempo e as variações nas circunstâncias e nas reações a elas produzem cadeias de eventos que alteram o quadro da resiliência ao longo do tempo. (...) Assim a resiliência enquanto processo, deriva da interação entre influências maturacionais, individuais e ambientais, caracterizada pela fluidez e dinamismo, variando sempre com as mudanças ambientais e condições situacionais do indivíduo. Se por um lado, a pesquisa sobre resiliência ainda

exige muitos esforços na operacionalização e definição de seu constructo, por outro, a investigação dos comportamentos resilientes e fatores de proteção lançam luz na questão do desenvolvimento humano”.]

Uma das redes de apoio essencial para vítima construir sua segurança mediante as consequências pós-traumáticas, é a sua própria família. A família é considerada como fator de proteção, portanto, tem papel fundamental no apoio, e, por conseguinte, na construção da resiliência. Por outro lado, quando a família não corresponde a este papel, a vítima poderá encontrar apoio, ou com os vizinhos, ou com os amigos, ou na escola, na igreja, nas redes de proteção à criança e o adolescente, ou até mesmo, onde a vítima menos espera.

Ainda seguindo a visão de Grunspun (2002) “ser resiliente sempre é consequência dos fatores de risco, de sua intensidade e duração e dos fatores de proteção que o indivíduo possui. A criança é mais resiliente que o adulto. A resiliência pode ser parcialmente inata, mas, conhecendo os fatores de proteção, podemos também desenvolver resiliência nas crianças”.

A resiliência então, no entendimento do autor, pode vir desde o nascimento ou ser adquirida durante a vida, ou até mesmo quando criança. Para Grotberg (1985) apud Grunspun (2002, p. 37) pode fomentar-se e promover-se a resiliência da seguinte forma.

“Um bebê está no berço de boca para cima, chorando e agitando as pernas. Você não sabe o que está acontecendo e o bebê não pára de chorar. Fomenta-se a resiliência se você o toma nos braços e o acalenta. Não se fomenta a resiliência se o adulto simplesmente olha para ele, decide trocar as fraldas e depois lhe diz que deixe de chorar. Uma menina de onze anos estava cuidando de seu irmão Zinho de três anos quando a casa se incendiou. Ela tentou apagar o fogo, mas não conseguiu. Tentou ainda chegar onde estava o irmãozinho, mas não conseguiu. Finalmente, conseguiu sair da casa e o irmão morreu queimado. Apesar de ser tratar de uma tragédia, promover a resiliência nessa menina é fundamental para que possa superar essa adversidade e outras que se apresentam no futuro. Para isso, é indispensável a característica “eu tenho” pessoas ao meu redor em quem confio e que me querem incondicionalmente. Também “estou” disposto a me responsabilizar pelos meus atos e “estou” seguro de que tudo sairá bem, isto é, poderemos nos recuperar da tragédia. Da mesma forma é importante a característica “posso”. Posso encontrar alguém que me ajude quando precisar e falar sobre coisas que me assustam ou me inquietam ou ameaçam”.

No próximo item, relataremos parte da história de vida da adolescente Maria, vítima de violência sexual perpetrada pelo seu padrasto. Nesse caso, a equipe identificou que a adolescente viveu um processo de resiliência, visto que a mesma conseguiu em parceria com a rede de apoio, restabelecer sua vida, enfrentando as dificuldades e vislumbrando oportunidades, para se tornar um ser humano digno de respeito e reconhecimento.

2.3.1 Um estudo de caso

Os primeiros contatos com a adolescente Maria¹, escolhida para a realização deste trabalho se deram através de visitas domiciliares com a Assistente Social. Na ocasião nos sensibilizou a constatação de que Maria efetivava a reorganização de sua vida junto com sua filha (dois anos), construindo um futuro diferente para sua recente família. Posteriormente em supervisão com a Assistente Social e a Psicóloga, responsáveis por esta situação, acabamos por analisar que a adolescente em questão demonstrava características de resiliência.

Analisando a história de vida de Maria constatamos que esta havia sido vítima de violência sexual durante cinco anos, dos 9 aos 14 anos, perpetrada por seu segundo padrasto, Paulo. A família mostrava em sua dinâmica familiar uma relação conflituosa. Maria sofreu violência física severa e psicológica perpetrada por sua mãe durante toda sua infância, e quando revelou estar sendo vítima de abuso sexual pelo padrasto, viu sua própria mãe colocar-se ao lado de seu agressor, situação essa que provocou a sua exclusão do contexto dessa família. Assim Maria saiu de casa indo para um abrigo, revezando-se em alguns momentos em casas de terceiros. Nesse período a adolescente engravidou e teve que assumir cuidados de sua filha Débora.

¹ Utilizamos nomes fictícios para preservar as identidades de todos os membros da família de Maria.

Neste capítulo iremos expor uma análise sobre a capacidade de superação desta adolescente, frente ao abuso sexual sofrido, procurando elencar os fatores de risco e de proteção que podem ter permeado o processo de construção da resiliência.

A análise da situação foi realizada através de (1) Estudo Bibliográfico do tema proposto, o qual nos embasou; (2) Pesquisa Documental, realizada através de levantamento de dados já coletados nos prontuários elaborados pelos técnicos dos Projetos Acorde e SOS – Criança; que nos trouxe subsídios; e (3) Entrevista Semi-estruturada, a qual nos fez deparar-nos com a visão da adolescente sobre sua história de vida.

2.3.1.1 Características da criança e da sua infância

▪ Nome	Maria
▪ Sexo	Feminino
▪ Cor –Etnia	Branca
▪ Presença de deficiência mental	Não
▪ Estrutura Familiar na época da vitimização ²	(*) Elizabete (mãe) (* *) Paulo (padrasto) * Maria (vítima) * Rogério, * * Ana e * * Gisele
▪ Tipo de violência	Violência sexual / Atos Libidinosos: Manipulação dos genitais de Maria pelo padrasto, masturbação, frases obscenas.
▪ Vínculo do agressor	Padrasto
▪ Idade que sofreu o abuso	Início aos 9 anos acontecendo até os 14 anos
▪ Tempo para a primeira denúncia	Cinco anos desde a primeira vez
▪ Para quem contou primeiramente	Para a sua mãe
▪	

² (*) Filhos de Elizabete com outros companheiros. (**) Filhos de Elizabete e Paulo.

▪ Reação da Genitora frente à revelação do abuso	Bateu em sua filha com cabo de vassoura
▪ Consequência da revelação	Saiu de casa
▪ Denunciante ao SOS Criança	A própria vítima
▪ Fator do rompimento do segredo	Início das agressões físicas perpetradas pelo seu padrasto contra seu irmão
▪ Motivo de não ter contado antes	Medo de ficar desacreditada, padrasto afirmava: “Tua mãe sempre acredita em mim, tu já sabe disso”.
▪ Onde encontrou apoio	Em sua avó materna
▪ Situação econômica da família na época da vitimização	Renda mensal equivalentes a 3 salários mínimos com casa própria
▪ Envolvimento com drogas/ prostituição	Não
▪ Situação conjugal da mãe	Vivia com seu terceiro companheiro
▪ Vítima estava só quando abusada?	Sim

Características da infância de Maria:

“Não posso dizer uma infância boa, boa. Não tinha muitos amigos, não saía muito de casa, era mais em casa, tinha aqueles amiguinhos na escola, mais era só lá dentro (Maria)”.

Quando nos reportamos à infância de Maria, percebemos que esta, juntamente com seus irmãos, vivenciou um período conturbado. Além de passarem por dificuldades financeiras, Sra. Elizabete teve mais dois companheiros após o nascimento de Maria. Esses relacionamentos eram conflituosos, a figura paterna era agressiva e autoritária, sendo que a materna colocava-se submissa e inferior. Diante disto a relação mãe e filhos apresentava-se deficiente, pouco diálogos, pouca atenção dedicada aos filhos, violência física e psicológica usadas para educar. Limites não estabelecidos.

Podemos encontrar indícios desta infância, nos relatos de Maria citados abaixo:

“(...) sobre atenção, acho que ela nunca soube como fazer isso. Acho que ela sempre se preocupou mais em ter um marido e em estar trabalhando. Ter um filho, tudo bem, é só ir trabalhar e dar o que comer, o resto não importava para ela (...)”.

No que concerne ao relacionamento mãe e filhos, percebe-se um comportamento escasso, pautado, muitas vezes, em atitudes hostis e violentas.

“Tudo que ela tinha ela jogava, se estava correndo pegava o cabo de vassoura e começava a bater, pegava uma pedra jogava, não importava para ela se ia machucar, se ia matar, o que ia acontecer”.

2.3.1.2 Circunstância do abuso

Quando sua mãe estava fora de casa trabalhando e Maria ficava a sós com seus irmãos e seu padrasto, ela já sabia que poderia ser vitimizada novamente. A situação do abuso acontecia com frequência, os quais, ainda são lembrados hoje por Maria, quando se encontrava sozinha em casa.

“A primeira vez, que eu lembro, a minha mãe trabalhava de faxineira, e ele trabalhava de vigilante (...) Então, ele saiu. Eu fiquei em casa, eu, meu irmão e minhas irmãs. Ficamos nos três. Daí tinha um quarto, uma cozinha bem pequena e um banheiro fora de casa. Tinha uma cama de casal, uma cama de solteiro e de ferro. Eu lembro que eu estava deitada, ele chegou e me puxou para a cama dele e botou o pênis para fora e começou a passar a mão, a primeira vez que eu lembro. (...) depois começou constante, passava a mão, falava palavrões feios e queria que eu passasse a mão nele também, queria me beijar a força e me bater mais, me batia mais ainda depois disso. A única coisa que eu lembro e que depois foi constante até os 14 anos, foi a última vez que ele passou a mão em mim, e que ficou nu na minha frente”.

2.3.1.3 Família

“Não posso dizer assim, que eu nunca precisei de ninguém. Mas graças a Deus, não foi ninguém da minha família que precisei”.

O sistema familiar numa relação incestogênica é fechado, os limites não são respeitados e há pouca delimitação dos espaços físicos, privacidade e os pertences dos membros, onde a negação é um dos mecanismos de defesa mais utilizados nesta família. Um exemplo claro do que estamos falando pode ser identificados nos relatos das irmãs de Maria

evidenciados no prontuário da adolescente e que foram realizados pelos profissionais do SOS Criança.

“Gosto de Maria, mais ela é mentirosa e meu pai é bonzinho”. (Ana)

“Gosto de Maria, e vim ao SOS para falar à mulher do SOS que o pai não fez coisa com a Maria”. (Gisele)

Segundo Azevedo e Guerra (1998), uma das características das famílias incestogênicas é a comunicação que não é aberta, possibilitando a instalação e manutenção de um cômodo para o agressor, o *complô do silêncio*, no qual a criança-vítima se cala enquanto os demais membros se negam a enxergar a realidade.

A negação, por parte das irmãs Ana e Gisele, podem advir das inúmeras ameaças, originada pelos próprios pais.

Para Funniss (1993, p. 31) “as crianças mentem sobre o abuso sexual”, nesse caso contra irmã, “porque estão com medo de serem castigados, não acreditados e não protegidos”.

Funniss (1993, p. 311) ainda coloca que: nos casos de abuso sexual prolongado, os irmãos freqüentemente sabem o que acontecia. Se questionados eles não irão admitir, porque tem medo e sabem que não deveriam saber. Testemunhar o abuso sexual de um irmão ou simplesmente saber sobre ele, pode ser extremamente traumático e as crianças, para se protegerem emocionalmente, querem esquecer aquilo que sabem.

A relação familiar diante do abuso torna-se contornada pelas ameaças advindas do agressor, sendo que no caso dos irmãos que tomarem ciência do abuso, estes se deparam com uma situação confusa, onde não sabem se apóiam a figura paterna, ou a própria irmã.

A família muitas vezes é marcada por traços conturbados desde a sua formação, pois muitas vezes, não há uma relação harmônica entre os pais, o que reflete na construção da personalidade dos filhos.

Para elucidar tal informação, cita-se a fala de Maria ao responder a pergunta com referência a seu pai.

“Só engravidou, daí não quis assumir, ela assumiu sozinha, ele não registrou... aí depois ela casou de novo, engravidou do meu irmão, daí apanhava muito”

As situações de violência sexual doméstica são extremamente marcantes para a criança vítima, causando um desgaste emocional bastante severo.

Neste sentido, cita-se a fala de Maria quando sua mãe soube da situação e foi falar com o agressor.

“A minha mãe, foi atrás dele, chegou lá, ele convenceu ela que era mentira. Eu estava em casa. Ela volta para casa com ele, e olha para mim e diz: ele vai dormir só esta noite porque ele não tem para onde ir”.

“Eu olhei bem para ela, fiquei quieta e fui lá em baixo, no porão. Estava com tanta raiva, que fiquei lá chorando de ódio, ódio mesmo”.

2.3.1.4 O abusador

“Tu imagina só Elizabete, se ela vem para casa e me mata em ver nós dormindo! (...) E a porta do quarto deles, eles tinham tirado a porta e posto uma cortina, não sei porque. Acho porque a porta estava ocupando. Aí eu me lembro que eles foram, pegaram a porta de novo e pregaram no quarto para ele ter mais segurança, se não eu ia matar ele. (...) É mentira dela, ela quer que eu vá embora, ela não quer me ver aqui dentro, ela disse que vai me matar se eu não ir embora” (...) mentira dela, Elizabete!!! Jamais seria capaz de fazer isso”.

Conforme a pesquisa documental do prontuário da adolescente, notifica em relato auferido na entrevista realizada pela equipe técnica do programa SOS-Criança, "[...] que Sr. Paulo alegou negando qualquer abuso sexual ou físico aos enteados e que possuía várias testemunhas que defendiam sua idoneidade. Referindo também, que Maria lhe reprova, pois a flagrou em atos libidinosos em um "pé-de-coquinho" com um primo."

2.3.1.5 A intervenção do Projeto Acorde

"Tem muita gente ali, que foi mais ajudado do que eu, daí como vocês falam: como consegui superar, vocês ajudam mais quem precisa. Vocês estão ajudando mais estas pessoas que estão precisando, eu não preciso tanto, né?"

O acompanhamento sistemático realizado pela Equipe Técnica do Projeto Acorde, destinado à adolescente, principiou no 2º semestre de 2001.

Maria iniciou o tratamento mostrando-se assídua, madura e responsável por seus atos. Revelando-se uma mãe fantástica sempre atenta com os cuidados da filha.

Foi encaminhada para dar continuação aos seus estudos no CEJA (Centro de Educação para Jovens e Adultos). Maria foi orientada sobre questões relacionadas à auto-estima, independência, entre outros, o que a ajudou muito na sua caminhada, tomando o rumo da sua história, pensando num futuro melhor para ela e sua filha. Maria manifestou vontade em conquistar emprego futuramente, colocar a filha na creche e continuar auto-sustentando junto à sua filha, almejando muito a sua independência total, inclusive, planeja morar sozinha com a filha.

Maria já registrou sua filha Débora, e entrou com pedido de reconhecimento de paternidade junto ao Fórum da Capital, em virtude do pai da criança negar-se a reconhecer a filha.

Em 21/02/02, Maria compareceu no Fórum para depor, com relação ao processo que envolve o padrasto por atos libidinosos e tentativas de estupro.

Em maio de 2002, Maria deu início ao trabalho de faxineira, onde trabalhava três vezes por semana, recebendo R\$ 20,00 por dia. Neste período sua filha estava freqüentando a creche.

Vale ressaltar que nesta época Maria estava morando com terceiros.

Maria tem trabalhado e conseguido se manter financeiramente, o que é muito positivo, pois demonstra evolução no sentido de aceitação da realidade e um movimento em busca de maior qualidade de vida. Apesar de todas as perdas que teve, percebe que a busca de autonomia, a saída da casa e do ciclo de violência familiar que lhe era imposto, foram positivas. Quanto a sua filha, consegue ser uma mãe protetiva, e busca que o pai da menina seja responsável para pagar a pensão.

Foi encaminhado relatório para o Conselho Tutelar, sugerindo que Elizabete e Paulo sejam advertidos, visto que Paulo, pai de Ana e Gisele, continua morando na casa, e não apresenta disposição para mudar a dinâmica familiar.

Em dezembro de 2002, Maria voltou a morar na casa de sua avó. No mesmo mês, foi informado a Maria, que o processo relacionado ao abuso sexual perpetrado pelo seu padrasto, e a solicitação da legalização da paternidade (este num primeiro momento) foram arquivados por falta de prova. Ao saber através da psicóloga, Maria ficou muito chateada com a Justiça.

Neste período, Maria está trabalhando de segunda à sexta-feira no período integral. Sua filha está na creche, no entanto, está esperando vaga na Creche mais próxima. A mesma está dividindo um apartamento com outra colega.

Maria, em fevereiro de 2004 completará 18 anos, no entanto, não vai ser desligada do Programa por causa de suas irmãs.

Em agosto de 2001, Senhora Elizabete voltou a conversar com Maria às escondidas do padrasto, mas mesmo assim, conversavam com constantes brigas.

Foram feitas visitas na casa de Elizabete, onde constatou-se a resistência da mesma perante a sua filha. A mesma relata que não acredita que seu companheiro tenha abusado de Maria, colocando ainda, “se aconteceu alguma coisa, a culpa era de Maria”. Afirma, que não quer mais falar do ocorrido, e que Maria não é mais sua filha.

Postura da mãe:

Fica sempre do lado do marido, pois o ama.

Em abordagem, colocou que vive maritalmente com o Sr. Paulo há 11 anos, nunca observou qualquer comportamento sexual inadequado por parte do mesmo para com a filha Maria.

Contato com membro da família que não desejou ser identificada:

Sr Paulo agredia fisicamente a mãe de Maria.

Que o mesmo tinha ciúme de Maria.

Que bateu muitas vezes nas crianças deixando lesões.

Posicionamento da Sra. Elizabete:

Negou que seu companheiro batesse em Rogério, enfatizando que é ele quem sustenta todos os seus filhos.

Posicionamento do Sr. Paulo:

Nega qualquer abuso sexual ou físico aos enteados.

Diz que possui várias testemunhas que lhe abonam como pessoa idônea.

Referiu que Maria lhe reprova, pois a flagrou em atos libidinosos em um “pé-de-coquinho” com um primo.

Depoimento dos irmãos:

Em abordagem com irmão, este abaixava os olhos para falar e dizia que não apanhava e que Maria era uma mentirosa.

Em abordagem com sua irmã Ana, a mesma dizia: “gosto de Maria mais ela é mentirosa e meu é pai bonzinho”.

Em abordagem com a irmã Gisele esta afirma “gosto de Maria, e vim ao SOS para falar a mulher do SOS, que o pai não fez coisa com a Maria”.

Em 23/11/00, o Programa abordou João, pai biológico indicado por Maria, de seu bebê. Este referiu que tem dúvidas de ser o pai biológico do bebê de Maria, devido ao tempo de gestação, porém que se tiver certeza, pretende assumir suas responsabilidades financeiras (pensão) e afetivas (visitas). Este colocou que achava estranho o ciúme excessivo do padrasto da Maria.

Providências do Projeto Acorde junto à Maria

Maria passou a ter atendimento psicossocial do Programa. Nos dias subseqüentes foi conduzida para exame ginecológico no HU, onde foi diagnosticada gravidez.

Desde o início Maria relutou em aceitar a gravidez por estar fragilizada com a situação. Isto se agravou, pois passaram a haver brigas e acusações entre a mãe e a adolescente, onde a mãe chegava a proibir Maria de conversar com os irmãos.

Assim a adolescente optou pelo abrigo durante a gravidez, foi então encaminhada para realizar o Pré-natal junto ao Programa do Adolescente – INSS, fazia

supletivo no IEE e no período vespertino participava do Agente Jovem, onde recebia um auxílio de R\$ 65, 00 (sessenta e cinco reais). Maria colocava que havia muitas brigas entre sua mãe e sua avó, devido ambas morarem muito próximas. Até os vizinhos se envolveram reforçando a intriga. Com isto Maria se sentia pressionada, e não ia fazer visitas a sua avó, como de costume.

Em novembro de 2000 passou a residir com uma família que conheceu no abrigo. Em uma das últimas visitas a sua avó, Maria levou presentes aos seus irmãos, mas sua mãe obrigou-os a devolver.

Maria morou alguns dias com seu tio. Vale ressaltar que seu pai biológico é falecido.

Maria expôs que só assistia televisão, não costumava passear com sua filha, pois não saía de casa. A mesma foi morar um tempo com sua avó (junto com sua filha Débora), sendo que o relacionamento de ambas não se dava como anteriormente. Passavam dificuldades financeiras, sua avó não tem renda fixa, sobrevive do trabalho de costuras.

A única fonte de renda garantida é a bolsa de R\$ 65,00 do Agente Jovem, para sustentar sua filha e ajudar nas despesas da casa da avó.

Neste período, Maria estava preocupada com seus irmãos menores, pois conviviam com o seu agressor sexual. Maria também morou com um casal durante sua gravidez, e estes deram muito apoio à adolescente até dar à luz a Débora. Cabe acrescentar que o único vínculo afetivo que Maria tem é sua avó materna.

Apesar da violência sofrida e dos conflitos que teve que enfrentar com a revelação do abuso, Maria demonstrou ter capacidade de recuperação e proteção psicológica para superar as adversidades que lhes foram impostas.

Atualmente com 18 anos, Maria vem assumindo suas responsabilidades financeiras e emocionais, não contando com sua rede familiar, que se mostrou pouco protetiva diante das dificuldades enfrentadas.

O relacionamento com sua filha Débora, de 2 anos, é permeado de compreensão e sem conflitos, o que demonstra que Maria é uma mãe protetiva.

Atualmente Maria está morando em um apartamento alugado, junto com sua filha e uma amiga. Está trabalhando em casas de família realizando serviços de limpeza, recebendo um total de R\$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) por mês. Enquanto trabalha, Débora fica na creche.

O processo instaurado na 2ª Vara Criminal — acerca da violência sexual que sofreu foi arquivado no mês de setembro de 2002. Maria ficou muito decepcionada com o resultado do processo, haja vista que o agressor continua morando na casa com sua mãe, suas duas irmãs, Ana de 12 anos e Gisele de 8 anos, e seu irmão Rogério de 15 anos, dos quais acabou por distanciar-se, uma das consequências provocadas pela revelação do abuso.

Maria preocupa-se com suas irmãs, pois acredita que elas possam estar sofrendo violência sexual por seu padrasto, que é o pai biológico das mesmas. No dia 21/05/03, Maria nos relatou um episódio, onde seu avô materno contou ter visto sua neta Ana gritando, deitada na cama, estando seu pai de cuecas por cima dela, sendo que, quando o avô questionou a situação, o Sr. Paulo disse que só estavam brincando e que, se ele contasse para alguém o que havia visto, iria matá-lo.

Em virtude desse novo relato trazido por Maria, o Projeto Acorde entrou com uma nova denúncia junto ao Programa SOS Criança para que seja investigado o teor dos fatos relatados. No entanto, o Programa SOS Criança investigou a situação, concluindo que nada consta, devido ao grau de segredo que permeia naquela família.

Vale salientar que o Projeto Acorde efetivou várias tentativas de intervenção junto a Srª Elizabete e sua família, entretanto, não houve o retorno esperado.

A equipe interdisciplinar do Projeto Acorde decidiu então, desligar a adolescente Maria e sua família do Projeto, devido a sua maioridade e o esgotamento de encaminhamentos

realizado pelo Projeto. Encaminhamentos estes, que serviram para fortalecer Maria, na construção de um projeto de vida mais saudável, com maior autonomia e também para que assumisse com responsabilidade seu papel de mãe.

Conforme as teorias hoje existentes a maioria das meninas abusadas tendem a tomarem o caminho da exploração sexual. Neste sentido o que se percebe neste estudo, foi que Maria refez sua vida, não deixando-se vitimizar.

Essa reconstrução de Maria demonstrou a capacidade que algumas vítimas têm de construir um novo caminho: a Resiliência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Conclui que é de fundamental importância a rede de proteção na vida de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, pois estas não encontram proteção naquela que deveria ser a mais importante rede protetora: a família.

O Projeto Acorde em si é um ator que desempenha suas funções voltadas à crianças e adolescentes vitimizadas no âmbito familiar, na superação da violência, por meio de encaminhamentos à rede protetora, atendimentos psicossociais e visitas domiciliares, buscando dentro de uma referência e dentro dos limites institucionais, promover a resiliência.

Na prática desenvolvida no estágio, ao acompanhar a adolescente Maria, vítima de violência sexual perpetrada pelo padrasto, percebeu-se a importância do Projeto na reestruturação de sua vida.

Isto denota a importância do apoio dos profissionais na contenção das adversidades da adolescente vitimizada, tornando-a capaz de enfrentar o seu cotidiano.

Para estas situações, é necessário que haja a atuação de profissionais capacitados para atuarem em diversos contextos socioeducativos, pois estes seres intelectuais, tornam-se adultos significativos na vida de crianças e adolescentes vítimas das mais diversas formas de violência, em especial, a sexual.

Considera-se que a resiliência é um assunto complexo e ainda exige maiores aprofundamentos teóricos e metodológicos pelo fato da mesma caracterizar-se pela junção de muitos elementos que a integram. No entanto, evidencia-se que a violência sexual intrafamiliar no contexto da sociedade, requer não apenas o estudo sobre o fenômeno e suas consequências, e sim o enfrentamento desta questão.

A breve discussão acerca de tal temática foi válida, mas deve ter continuidade, pois o enfrentamento da violência se dá de forma lenta.

A autora espera que, com a conclusão deste trabalho acadêmico tenha colaborado para enriquecer as bibliografias referentes ao assunto e sugere que os profissionais do Projeto Acorde e outros acadêmicos continuem aprofundando-se no tema e demonstrem a sua relevância no contexto da violência intrafamiliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apostila do curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina.
Centro Crescer sem violência. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família.
 Florianópolis, 1999.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. * (org). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: IGLU, 1985.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V.N. Infância e Violência Doméstica. Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: 3ª ed. Cortez, 2000.

BISCAIA (www.ages.com.br/mariabiscaia.htm acesso em 27/08/2002).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. Direitos Humanos e Violência intrafamiliar: informações e orientações para agentes comunitários de saúde. Ministério da saúde, Secretária de Políticas de Saúde; Ministério da Justiça, Secretária de Estado dos Direitos Humanos – Brasília: Ministério da saúde, 2001.

CRAMI: Centro Regional aos Maus Tratos na Infância. São Paulo: Cortez . Brasília-DF. Unicef, 2002 – Série Fazer valer os direitos. Volume 1.

• DESLANDES, Suely Ferreira. Prevenir a violência: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Ensp/ Chaves, 1994.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, 1995.

ETGES, Norberto J. Produção do Conhecimento e interdisciplinaridade. Educação e Realidade. Porto Alegre. V. 18, n. 2. jul/dez, 1993.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIGUEIREDO, M. T. O Avesso da Violência: o movimento nacional de meninas e meninos de rua e a luta pela cidadania para crianças e adolescentes no Brasil. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: 1996. 131 p.

FONSECA, M. GOMES, M. Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Belo Horizonte: CMDCA, 2000.

FORWARD, Susan; BUCK, Craig. A Traição da Inocência: o incesto e sua devastação. Rio de Janeiro. Rocco, 1989.

FURNISS, T. Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronise. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 337 p.

GABAEI, M. Crianças Vítimas de Abuso Sexual. Trad. Sônia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997. 225 p.

GRUNSPUN (www.cfm.org.br/revistabio10v1/secca.04.htm acesso em 04/11/2002)

GUERRA, V. N. A. Algumas reflexões sobre o fenômeno da negligência. São Paulo: Mimeo, 1989.

• GUERRA, V. N. A. Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada. São Paulo: 3ª ed. Cortez, 1998.

JUNIOR, A. O trabalho com crianças vítimas de Violência Sexual Doméstica. promovendo a Resiliência. Disponível em: ><http://www.criaguaratingueta.hpg.ig.com.Br>. Acesso em 29/11/2002.

KALOUSTIAN, Silvio M. (Org). Família Brasileira – a base tudo. São Paulo: UNICEF. Cortez, 1998.

• MEURER apud MOUZAKITIS, C. M.; VARGUES, R. Social Work Treatment With abused and neglected children. USA. Charles C. Thomas, 1985.

MEURER, M. Violência Doméstica decorrente do uso do álcool nos casos atendidos no Programa SOS Criança de Florianópolis. UFSC, 2000.

MIELNICK, I. Mãe, Pai e Filhos: encontros e desencontros. São Paulo: Hucitec, 1993.

MIOTO, R. C. A Perícia Social. Proposta de um Percurso Operativo. Texto Mimeo. UFSC, 2000.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social – Contribuições para o Debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. Ano XVIII, nº 55, 1997.

MIOTO, R.C.T. (Org). Crises familiares e separação conjugal. um estudo de suas implicações. Florianópolis, Relatório de pesquisa: UFSC, 1997, 161 p.

REIS, J.R.T. Família, Emoção e Ideologia. In: Lane, SILVIA T.M. (et al) Psicologia Social: O homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Mª S. A questão da Família na Atualidade. Florianópolis: IOEC, 1999.

SANDRINI, P.R. et al. Formação de Educadores Sociais. Apostila do Curso de Capacitação a Distância Unisul, Florianópolis, 2002.

SJYMANSKI, H. Viver e Família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ed. Cortez, São Paulo, nº- 71, 2002.

STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N; MATTEUCC, N, PASQUINO. G. Dicionário de Política. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

ZAGURY, Tânia. O Adolescente Por Ele Mesmo. Rio de Janeiro: Record, 1996.